

Ventos de São
Clemente I
Energias
Renováveis S.A.

**Demonstrações financeiras em 31
de dezembro de 2021**

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras	3
Balanço patrimonial	6
Demonstração do resultado	8
Demonstração do resultado abrangente	9
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	10
Demonstração do fluxo de caixa - Método indireto	11
Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas	12



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A
04711-904 - São Paulo/SP - Brasil
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil
Telefone +55 (11) 3940-1500
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Acionistas e Diretores da
Ventos de São Clemente I Energia Renováveis S.A.
Fortaleza - CE

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Ventos de São Clemente I Energia Renováveis S.A. “Companhia”, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Ventos de São Clemente I Energia Renováveis S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Auditoria das demonstrações financeiras do exercício anterior

Os balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2020 e as demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa e respectivas notas explicativas para o exercício findo nessa data, apresentados como valores correspondentes nas demonstrações financeiras do exercício corrente, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes, que emitiram relatório em 25 de março de 2021, sem modificação.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 25 de março de 2022

KPMG Auditores Independentes Ltda

CRC 2SP014428/O-6



Daniel A. da S. Fukumori

Contador CRC 1SP245014/O-2

Ventos de São Clemente I Energia Renováveis S.A.

Balço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

Ativos	Nota	31/12/2021	31/12/2020	Passivos	Nota	31/12/2021	31/12/2020
Caixa e equivalente de caixa	5.a	19.324	6.616	Fornecedores	9	2.089	2.649
Fundos vinculados	5.b	1.665	-	Financiamentos	10	2.200	2.020
Contas a receber	6	3.218	3.542	Obrigações tributárias		176	225
Adiantamento a fornecedores		1.354	456	Imposto de renda e contribuição social a recolher		395	333
Tributos a recuperar		124	124	Obrigações sociais e trabalhistas		14	13
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		521	388	Dividendos a pagar	13.b	1.188	583
Estoques		19	-	Provisão para ressarcimento	11	11.305	2.757
Despesas pagas antecipadamente	7	264	321	Outras contas a pagar		98	45
Total do ativo circulante		26.489	11.447	Total do passivo circulante		17.465	8.625
Fundos vinculados	5.b	8.097	15.678	Financiamentos	10	35.962	38.136
Mútuos financeiros com partes relacionadas	18	1.604	1.604	Provisão para ressarcimento	11	3.605	6.940
Despesas pagas antecipadamente	7	17	24	Parcelamento de tributos		186	275
Total do realizável a longo prazo		9.718	17.306	Total do passivo não circulante		39.753	45.351
Imobilizado	8	121.721	125.890	Patrimônio líquido	13		
Total do ativo não circulante		131.439	143.196	Capital social		98.767	101.811
				Reserva de lucros		1.943	-
				Prejuízos acumulados		-	(1.144)
				Total do patrimônio líquido		100.710	100.667
Total do ativo		157.928	154.643	Total do passivo e patrimônio líquido		157.928	154.643

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Ventos de São Clemente I Energia Renováveis S.A.

Demonstração do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

	Nota	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Receita operacional líquida	14	<u>23.323</u>	<u>20.232</u>
Custos de operação	15	<u>(15.611)</u>	<u>(11.759)</u>
Lucro bruto		<u>7.712</u>	<u>8.473</u>
Despesas gerais e administrativas	16	<u>(955)</u>	<u>(1.043)</u>
Outras (despesas) operacionais		<u>(23)</u>	<u>(200)</u>
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos		<u>6.734</u>	<u>7.230</u>
Receitas financeiras	17	<u>1.050</u>	<u>582</u>
Despesas financeiras	17	<u>(3.014)</u>	<u>(8.657)</u>
Resultado financeiro líquido		<u>(1.964)</u>	<u>(8.075)</u>
Resultado antes dos tributos		<u>4.770</u>	<u>(845)</u>
Imposto de renda e contribuição social correntes	12	<u>(1.078)</u>	<u>(821)</u>
Lucro líquido (Prejuízo) do exercício		<u><u>3.692</u></u>	<u><u>(1.666)</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Ventos de São Clemente I Energia Renováveis S.A.

Demonstração do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Lucro líquido (Prejuízo) do exercício	3.692	(1.666)
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
Resultado abrangente total	<u>3.692</u>	<u>(1.317)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Ventos de São Clemente I Energia Renováveis S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

		<u>lucros</u>				
	Nota	Capital subscrito	Reserva legal	Reserva retenção de lucros	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2019		50.661	179	343	-	51.183
Subscrição e integralização de capital	13.a	52.038	-	-	-	52.038
Redução de capital	13.a	(888)	-	-	-	(888)
Prejuízo do exercício		-	-	-	(1.666)	(1.666)
Absorção do prejuízo do exercício		-	(179)	(343)	522	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020		101.811	-	-	(1.144)	100.667
(Redução) de capital	13.a	(3.044)	-	-	-	(3.044)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	3.692	3.692
Constituição de reserva legal		-	127	-	(127)	-
Dividendos mínimos obrigatórios		-	-	-	(605)	(605)
Reserva de retenção de lucros		-	-	1.816	(1.816)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021		98.767	127	1.816	-	100.710

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Ventos de São Clemente I Energia Renováveis S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa - Método indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

	Nota	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Resultado antes dos tributos		<u>4.770</u>	<u>(845)</u>
Ajustes para reconciliar o resultado do período com recursos provenientes de atividades operacionais:			
Juros sobre financiamento	10	2.780	3.528
Custo de captação apropriado ao resultado	10	124	2.261
Depreciação	8	6.503	6.513
Provisão de ressarcimento	11	<u>5.213</u>	<u>4.431</u>
		<u>19.390</u>	<u>15.888</u>
Variações em:			
Contas a receber	6	324	(318)
Fundos vinculados	5.b	(1.665)	-
Tributos a recuperar		-	91
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		(133)	-
Adiantamento a fornecedores		(898)	(45)
Estoques		(19)	-
Despesas pagas antecipadamente	7	64	160
Fornecedores	9	(560)	272
Obrigações sociais e trabalhistas		1	13
Obrigações tributárias		(138)	168
Outras contas a pagar		<u>(9)</u>	<u>16</u>
Caixa proveniente das atividades operacionais		<u>16.357</u>	<u>16.245</u>
Pagamento de juros de financiamentos	10	(2.754)	(3.900)
Pagamento de imposto de renda e contribuição social		<u>(1.016)</u>	<u>(520)</u>
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais		<u>12.587</u>	<u>11.825</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Aquisição ao ativo imobilizado	8	<u>(2.334)</u>	<u>(2.835)</u>
Caixa utilizado nas atividades de investimento		<u>(2.334)</u>	<u>(2.835)</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Pagamento de principal de financiamentos	10	(2.144)	(60.520)
Captação de financiamentos	10	-	2.868
Custo de captação de financiamentos	10	-	(15)
Mútuos financeiros com partes relacionadas	18	-	(1.604)
Aumento (redução) de capital	13.a	(2.982)	51.150
Fundos vinculados	5.b	7.581	(8.185)
Pagamento de dividendos		<u>-</u>	<u>(270)</u>
Caixa líquido gerado pelas (utilizado nas) atividade de financiamento		<u>2.455</u>	<u>(16.576)</u>
Aumento / (redução) no caixa e equivalentes de caixa		<u>12.708</u>	<u>(7.586)</u>
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro	5.a	6.616	14.202
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	5.a	<u>19.324</u>	<u>6.616</u>
Aumento / (redução) no caixa e equivalentes de caixa		<u>12.708</u>	<u>(7.586)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

Constituição e capacidade produtiva

Ventos de São Clemente I Energias Renováveis S.A. “Companhia” é uma sociedade anônima de capital fechado, controlada pela Ventos de São Clemente Holding S.A e tendo como controladora final Echoenergia Participações S.A. Foi constituída em 20 de agosto de 2014, estabelecida na Avenida Barão de Studart, 2360, sala 1004, Joaquim Tavora, cidade de Fortaleza, Estado do Ceará. A Companhia tem por principal objeto social a geração de energia elétrica por meio de geradores eólicos a partir do empreendimento EOL Ventos de São Clemente 1, incluindo a implantação e montagem, bem como a comercialização de energia.

A Companhia possui 1 (uma) central geradora de energia eólica situada no município de Caetés, no Estado do Pernambuco, constituída de 17 (dezesete) unidades geradoras de 1,845 MW médios, totalizando 31.365 MW médios de capacidade instalada.

1.1 Projeto de geração eólica

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia possui a seguinte autorização outorgada pela ANEEL para exploração de energia eólica:

Projeto Eólico	Resolução Original	Data	Prazo	Capacidade de energia instalada (MW médios)	Garantia Física (MW médios)
EOL Ventos de São Clemente 1	Port. 627/2014	25/11/2014	35 anos	31,365	17,2

1.2 Contratos de venda de energia

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia possuía o seguinte contrato de compra e venda de energia de longo prazo, com vencimento em dezembro de 2036:

Empreendimento	Tipo	Energia Contratada	Preço contratado	Índice de reajuste	Mês de reajuste
EOL Ventos de São Clemente 1	LEN 3/2014 (*)	15,30 MW	R\$189,10 (**)	IPCA	Janeiro

(*) Leilão de energia nova.

(**) Em 31 de dezembro de 2021

1.3 Efeitos COVID 19

a. Contexto Geral

Em 31 de janeiro de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) anunciou que o corona vírus (COVID-19) é uma emergência de saúde global. O surto desencadeou decisões significativas de governos e entidades do setor privado, que somadas ao impacto potencial do surto, aumentaram o grau de incerteza para os agentes econômicos.

A portaria 188 de 03 de fevereiro de 2020 assinada pelo Ministro da Saúde, declara Estado de Emergência Pública e o Congresso Nacional aprova em caráter de urgência um projeto de Lei com medidas contra o Covid-19, promulgando o isolamento e separação de pessoas doentes ou contaminadas; quarentena, restrição de atividades; realização de exames médicos e vacinação; restrição de entrada e saída no país entre outras.

Diante ao exposto a Administração implementou o sistema de trabalho *home office* para todos os colaboradores das áreas corporativas, também, foram remanejadas todas as reuniões presenciais para *online*, proibindo a realização de viagens internacionais e restringindo as nacionais, autorizando-as somente em caso de extrema necessidade. Todos os casos suspeitos e/ou confirmados são monitorados diariamente pela Companhia.

Nas plantas operacionais foram implementadas uma série de ações educativas para os trabalhadores sobre tema de prevenção do Corona Vírus. Todos os colaboradores e terceiros foram orientados a reportar quaisquer casos suspeitos e fazemos o monitoramento constante da situação. Em caso suspeito a pessoa e todos que tiveram contato com ela são colocadas em quarentena imediatamente. Também foi montado um plano de contingência para que Plantas e Centro de Operações não corram o risco de não operação em casos de contaminação, que consiste principalmente em realocação de profissionais já qualificados nas funções entre diferentes regiões do país, caso seja necessário.

b. Impacto nas demonstrações financeiras

A Administração avalia de forma constante o impacto do surto nas operações e na posição patrimonial e financeira da Companhia, com o objetivo de implementar medidas apropriadas para mitigar os impactos do surto nas operações e nas demonstrações financeiras.

Em 31 de dezembro de 2021, considerando o estágio atual da disseminação do surto de COVID-19, foi possível identificar os impactos da pandemia de forma mais assertiva em relação aos períodos anteriores, e até a data de autorização para emissão dessas demonstrações financeiras, a Administração concluiu que não houve impacto significativo em seus negócios, e também não são esperados impactos relevantes nas operações futuras decorrente da pandemia, dado as características do setor em que a Companhia. A seguir estão elencadas as duas principais contas acompanhadas pela Companhia.

i. Receita e contas a receber

As receitas da Companhia estão atreladas aos contratos de longo prazo para venda de energia nos ambientes regulado e livre, os contratos no setor de energia tem por característica mecanismos que agregam confiabilidade e controlam a inadimplência entre participantes setoriais. Não foram identificadas perdas de contratos com clientes após o início da pandemia.

Pela característica dos contratos de venda, não foram observados aumentos nos níveis de inadimplência ou riscos de não liquidação do contas a receber da Companhia, portanto não houve necessidade de complemento da perda estimada com crédito de liquidação duvidosa para o período decorrente da pandemia da COVID-19.

ii. Suspensão temporária dos pagamentos de financiamentos do BNDES

A Companhia obteve em junho de 2020 junto ao BNDES (Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social) a aprovação para suspensão do pagamento do serviço da dívida por seis meses, a transação é conhecida no mercado como *Stand still*.

2 Base de preparação

a. Declaração e conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

A emissão das demonstrações financeiras, foi autorizada pela Diretoria em 25 de março de 2022. Após a emissão, somente os acionistas têm o poder de alterar as demonstrações financeiras.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária Brasileira e os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

b. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- Aplicações financeiras e fundos vinculados que são mensurados a valor justo.

c. Moeda funcional e de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o Real, e essas demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em milhares de reais. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

d. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração da Companhia faça

julgamentos e adote estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas.

Por definição, as estimativas contábeis resultantes, raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. Desta forma, a Administração da Companhia revisa as estimativas e premissas adotadas de maneira contínua. Os ajustes oriundos no momento destas revisões são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas e também aplicadas de maneira prospectiva. Durante o ano de 2021, não foram identificados ajustes provenientes das revisões das estimativas contábeis utilizadas pela Companhia.

As informações sobre as incertezas relacionadas as premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020, estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Imobilizado (nota explicativa nº 8) - aplicação das vidas úteis definidas e principais premissas em relação aos valores recuperáveis;
- Provisão para ressarcimento (nota explicativa nº 11) - principais premissas utilizadas na mensuração da provisão;

3 Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis utilizadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de maneira consistente em todos os períodos apresentados e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras.

a. Instrumentos financeiros

Ativos financeiros

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados ou na data da negociação em que a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. O desreconhecimento de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos respectivos fluxos de caixa do ativo expiram ou quando os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. As classificações dos ativos financeiros no momento inicial são como segue:

Ativos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
---	---

Ativos financeiros a custo amortizado	Estes ativos são mensurados de forma subsequente ao custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por <i>impairment</i> . As receitas de juros, ganhos e perdas cambiais e <i>impairment</i> são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.
---------------------------------------	--

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR (valor juros por meio do resultado):

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros

Para fins dessa avaliação, o ‘principal’ é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os ‘juros’ são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera:

- Eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa;
- Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- O pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- Os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

Passivos financeiros

Passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que são originados ou na data de negociação em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais do instrumento. As classificações dos passivos financeiros são como seguem:

- Mensurados pelo valor justo por meio do resultado: são os passivos financeiros que sejam: (i) mantidos para negociação no curto prazo, (ii) designados ao valor justo com o objetivo de confrontar os efeitos do reconhecimento de receitas e despesas a fim de se obter informação contábil mais relevante e consistente ou (iii) derivativos. Estes passivos são registrados inicialmente pelos respectivos valores justos, cujas mudanças são reconhecidas no resultado do exercício e, para qualquer alteração na mensuração subsequente dos valores justos que seja atribuível a alterações no risco de crédito do passivo, se houver, que deve ser registrada contra outros resultados abrangentes. A Companhia não possui passivos financeiros classificados nessa categoria.
- Mensurados subsequentemente ao custo amortizado: são os demais passivos financeiros que não se enquadram na classificação acima. São reconhecidos inicialmente pelo valor justo deduzido de quaisquer custos atribuíveis à transação e, posteriormente, registrados pelo custo amortizado através do método da taxa efetiva de juros.

Os ativos e passivos financeiros somente são compensados e apresentados pelo valor líquido quando existe o direito legal de compensação dos valores e haja a intenção de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

As classificações dos instrumentos financeiros (ativos e passivos) estão demonstradas na nota explicativa nº 19.

Instrumentos financeiros derivativos

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a Companhia não celebrou contrato de instrumentos financeiros derivativos.

b. Imobilizado

Reconhecimento e mensuração

Os ativos imobilizados são registrados ao custo de aquisição, construção ou formação, que inclui os custos de financiamentos capitalizados, deduzidos da depreciação acumulada e, quando aplicável, pelas perdas acumuladas de redução ao valor recuperável. Incluem, ainda, quaisquer outros custos para colocar os ativos no local e em condição necessária para que este esteja em condições de operar da forma pretendida pela Administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde esses ativos estão localizados e os custos de financiamentos sobre ativos qualificáveis. A Companhia não possui obrigação contratual para desmontagem ou restauração do local onde os ativos imobilizados estão instalados, portanto, nenhuma provisão foi constituída.

No caso de substituição de componentes do ativo imobilizado, o novo componente é registrado pelo custo de aquisição (reposição) caso seja provável que traga benefícios econômicos para a Companhia e se o custo puder ser mensurado de forma confiável, sendo baixado o valor do componente repostado. Os custos de manutenção são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Os custos com juros sobre financiamentos e custos de financiamentos são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, líquidos do rendimento de aplicação financeira oriunda do financiamento. Os custos de financiamentos são reconhecidos no resultado com base no método linear em relação às vidas úteis dos ativos fixos a que pertencem.

Depreciação

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear em relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. As taxas utilizadas estão de acordo com o Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico (“MCPSE”), aprovado pela Resolução Normativa nº 674/2015 pela ANEEL, que na avaliação da Administração representam a vida útil dos bens. Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício social e eventuais ajustes serão reconhecidos como mudanças de estimativas contábeis. A depreciação do ativo imobilizado não ultrapassa a período de autorização de funcionamento do parque.

Unidade de geração eólica – Pás	15 anos
Unidade de geração eólica – Gerador	20 anos
Unidade de geração eólica – Nacelle	25 anos
Unidade de geração eólica – Torre	30 anos
Benfeitorias	30 anos
Outros equipamentos	16 anos
Equipamento geral de informática	6 anos

Os ganhos e as perdas na alienação e/ou baixa de um ativo imobilizado são apurados pela comparação dos recursos advindos da alienação com o valor contábil do bem e são reconhecidos líquidos, dentro de despesas gerais e administrativas, na rubrica “Outros”.

c. Receitas de venda de energia elétrica

A receita operacional advinda do curso normal das atividades da Companhia é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando representar a transferência (ou promessa) de bens ou serviços a clientes de forma a refletir a consideração de qual montante espera trocar por aqueles bens ou serviços.

O CPC 47 estabelece um modelo para o reconhecimento da receita que considera cinco passos: (i) identificação do contrato com o cliente; (ii) identificação da obrigação de desempenho definida no contrato; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho do contrato e (v) reconhecimento da receita se e quando a empresa cumprir as obrigações de desempenho.

Desta forma, a receita é reconhecida somente quando (ou se) a obrigação de desempenho for cumprida, ou seja, quando o “controle” dos bens ou serviços de uma determinada operação é efetivamente transferido ao cliente.

A receita proveniente da venda da geração de energia é registrada com base na energia gerada e com tarifas especificadas nos termos dos contratos de fornecimento ou no preço de mercado em vigor, conforme o caso.

A energia produzida pela Companhia é vendida de duas formas. (i) através de Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado - ACR (Ambiente de Contratação Regulada) e (ii) através de Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no ambiente Livre - ACL (Ambiente de Contratação Livre), ambos registrados na CCEE (Câmara de Comercialização de Energia Elétrica).

Os contratos da Companhia possuem características similares, descritas a seguir: (i) Quantidades de energia por MWh mensais determinadas, ou seja, a Companhia tem a obrigação de entregar a energia contratada aos seus clientes; (ii) Preços fixos da energia por MWh durante toda vigência do contrato; (iii) As obrigações de desempenho são atendidas mensalmente, uma vez que é dessa forma que os contratos são firmados e controlados; (iv) A Companhia não possui histórico de inadimplência, ou seja, o recebimento da contraprestação da obrigação de desempenho não é afetado em função do risco de crédito.

Geração excedente: Toda geração de energia produzida acima das quantidades mensais contratadas conforme estipuladas pelos contratos CER são reconhecidos no mês de competência conforme metodologia de cálculo estabelecida em cada contrato, esses valores são divididos em excedentes quadrienais e anuais. São considerados excedentes quadrienais quando a geração acumulada atingir entre 100% e 130% da quantidade de energia contratada e excedentes anuais quando a geração acumulada ultrapassar 130% da quantidade de energia contratada.

Geração deficitária: Toda geração de energia produzida abaixo das quantidades mensais contratadas conforme estipuladas pelos contratos CER são reconhecidos no mês de competência conforme metodologia de cálculo estabelecida em cada contrato, esses valores são divididos em ressarcimentos quadrienais e anuais. São considerados ressarcimentos quadrienais quando a geração acumulada estiver entre o 90% e 100% da quantidade de energia contratada e ressarcimentos anuais quando a geração acumulada for inferior a 90% da quantidade de energia.

A Companhia considera que tal contraprestação é uma parcela variável prevista no contrato, conforme determinado pelo CPC 47 – Receita de contrato com cliente, no qual, a entidade deve estimar o valor da contraprestação à qual a entidade terá direito em troca da transferência dos bens ou serviços prometidos ao cliente, na medida em que for altamente provável que uma reversão significativa no valor das receitas acumuladas não deva ocorrer. A Companhia mensura a contraprestação variável nos referidos contratos pelo método do valor mais provável.

d. Redução ao valor recuperável (*Impairment*)

Ativos financeiros não derivativos

A Companhia, quando aplicável, reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre:

- Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado.

A provisão para perdas com contas a receber de clientes deve ser mensurada a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia deve considerar informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia.

A Companhia deve considerar um ativo financeiro como inadimplente quando:

- É pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito a Companhia, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma); ou
- O ativo financeiro estiver vencido há mais de 180 dias.

A Companhia não tem histórico de inadimplência de seus ativos financeiros, adicionalmente, com relação às aplicações financeiras, a Companhia somente aplica em bancos de primeira linha e em aplicações que não apresentam risco significativo de perda em seu valor, por estarem garantidas pelo Fundo Garantidor de Crédito.

Ativos financeiros com problemas de recuperação

Em cada data de balanço, a Companhia deve avaliar se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui “problemas de recuperação” quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- Quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 180 dias;
- Reestruturação de um valor devido a Companhia em condições que não seria aceita em condições normais;
- A probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou
- O desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

A Companhia, após avaliação, não identificou ativos financeiros com problemas de recuperação.

Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Administração avaliou e concluiu que não há qualquer indicativo de que os valores contábeis de seus ativos não financeiros não são recuperáveis, e, portanto, não houve a necessidade de efetuar o teste de recuperação (*impairment test*), assim como, nenhum registro de provisão para redução ao valor recuperável foi efetuado.

A Companhia não possuiu ativos com vida útil indefinida, incluindo ágio por rentabilidade futura.

e. Impostos

Imposto de renda e contribuição social correntes

O imposto de renda e a contribuição social do exercício são calculados com base no lucro presumido.

A base de cálculo do imposto de renda e da contribuição social é calculada à razão de 8% no cálculo do imposto de renda e 12% no cálculo da contribuição sobre a receita bruta, proveniente da venda de energia elétrica e de 100% das receitas, sobre as quais se aplicam as alíquotas regulares de 15%, acrescida do adicional de 10%, para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

Pis e Cofins

O Pis e a Cofins são calculados com base no regime cumulativo, ou seja, aplicando os percentuais estabelecidos pela legislação tributária sobre a receita operacional da Companhia. A alíquota para o Pis é de 0,65% sobre a receita operacional e para a Cofins 3,65%.

f. Provisões

As provisões são reconhecidas em virtude de um evento passado, quando há uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável e se for mais provável do que não provável a exigência de um recurso econômico para liquidar essa obrigação. Quando aplicável, as provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de desembolso de caixa futuros esperados a uma taxa que considera as avaliações atuais de mercado e os riscos específicos para o passivo.

g. Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras da Companhia. A receita de juros é reconhecida no resultado através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre financiamentos, custos de financiamentos, fianças e comissões bancárias, juros sobre arrendamento que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, mensurados no resultado através do método de juros efetivos.

h. Arrendamentos

No início de um contrato, a Companhia avalia se um contrato é ou contém arrendamento.

Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca da contraprestação.

(i) Arrendatário

No início ou na modificação de um contrato que contém o componente de arrendamento, a Companhia aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais.

Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento.

Os critérios de reconhecimento e mensuração inicial dos ativos e passivos são listados a seguir:

- Reconhecimento de passivo de arrendamento mercantil na data da aplicação inicial para arrendamentos anteriormente classificados como arrendamento operacional. A mensuração do passivo de arrendamento mercantil é realizada ao valor presente dos pagamentos de arrendamento remanescentes, descontados a partir das taxas de juros incrementais de para fontes de financiamento dos ativos subjacentes.

- Reconhecimento de ativo de direito de uso na data da aplicação inicial para arrendamentos anteriormente classificados como arrendamento operacional. A mensuração do ativo de direito de uso ao valor equivalente ao passivo de arrendamento mercantil, ajustado pelo valor de quaisquer pagamentos de arrendamento antecipados ou acumulados referentes a esse arrendamento que tiver sido reconhecido no balanço patrimonial imediatamente antes da data da aplicação inicial, acrescido da estimativa dos custos a serem incorridos com remoção e desmontagem dos parques nos ativos subjacentes objetos de arrendamento ao final do prazo dos contratos de arrendamento.

O ativo de direito de uso é amortizado linearmente de acordo com a vida útil do respectivo ativo subjacente, o passivo é amortizado de acordo com o pagamento das contraprestações, reconhecendo as respectivas despesas financeiras com base no método da taxa efetiva de juros.

A Companhia avaliou seus contratos de arrendamentos e todos possuem somente valor de contraprestação variável, portanto, não reconheceu o passivo de arrendamento em contrapartida ao ativo de direito de uso. Os valores incorridos das contraprestações são registrados no resultado do exercício como arrendamento operacional.

4 Novas normas e interpretações

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2022, aos quais a companhia não espera impactos significativos

A Companhia não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras.

a. Contratos Onerosos – custos para cumprir um contrato (alterações ao CPC 25)

As alterações especificam quais os custos que uma entidade inclui ao determinar o custo de cumprimento de um contrato com o objetivo de avaliar se o contrato é oneroso. As alterações aplicam-se a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2022 para contratos existentes na data em que as alterações forem aplicadas pela primeira vez. Na data da aplicação inicial, o efeito cumulativo da aplicação das alterações é reconhecido como um ajuste do saldo de abertura em lucros acumulados ou outros componentes do patrimônio líquido, conforme apropriado. Os comparativos não são reapresentados.

b. Outras Normas

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia:

- Concessões de aluguel relacionadas à COVID-19 (alteração ao CPC 06).
- Imobilizado: Receitas antes do uso pretendido (alterações ao CPC 27).
- Referência à Estrutura Conceitual (Alterações ao CPC 15).
- Classificação do Passivo em Circulante ou Não Circulante (Alterações ao CPC 26).
- IFRS 17 Contratos de Seguros.
- Divulgação de Políticas Contábeis (Alterações ao CPC 26/IAS 1 e IFRS Practice Statement 2).
- Definição de Estimativas Contábeis (Alterações ao CPC 23/IAS 8).

5 Caixas, equivalentes de caixa e fundos vinculados

a. Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2021	31/12/2020
Saldos de caixa e bancos	100	57
Aplicações financeiras(a)	19.224	6.559
	<hr/>	<hr/>
Total de caixa e equivalentes de caixa	19.324	6.616

- (a) Referem-se a aplicações em Certificados de Depósitos Bancários e Compromissadas de Terceiros, com liquidez imediata e prontamente conversíveis em um montante de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança no valor, tendo como remuneração 102,15% da taxa (DI) em 31 de dezembro de 2021 (100,3% em 31 de dezembro de 2020).

b. Fundos vinculados

Os valores aplicados em fundos vinculados que fazem parte dos acordos firmados nos contratos de financiamento do Banco do Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) (Contas Reserva da Dívida e Contas Reserva de O&M, entre outras) em que é exigido pelo banco financiador que sejam mantidos saldos mínimos estabelecidos nos instrumentos de financiamento. Os fundos vinculados estão classificados no ativo circulante não circulante de acordo com a expectativa de acordo com a expectativa de realização dos valores. As contas centralizadoras concentram os saldos de contas a receber liquidados no ambiente CCEE.

	31/12/2021	31/12/2020
Debêntures (i)	2.102	1.451
Centralizadora	1.140	1.463
Reserva O&M	611	590
Reserva de dívida BNDES	1.272	1.161
Reserva acumulada (ii)	-	11.013
Reserva especial (iii)	4.637	-
	<hr/>	<hr/>
Total	9.762	15.678
	<hr/>	<hr/>
Circulante	1.665	-
Não circulante	8.097	15.678

- (i) As debêntures são de titularidade da controladora São Clemente Holding S.A., entretanto, com a geração de recursos sendo originada da investida, esta possui a obrigação de manter conta reserva para pagamento do serviço da dívida na data de liquidação das debêntures, conforme calendário de pagamentos estabelecido contratualmente, mediante redução de capital.
- (ii) Em decorrência da repactuação dos financiamentos junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), a Companhia passou a constituir montantes relacionados as contas de Reserva acumulada, com o objetivo de assegurar percentuais relacionados aos saldos das provisões para ressarcimento quadrienal. No último dia útil dos anos de 2020, 2024, 2028 e 2032, o saldo total será transferido para conta Reserva especial.
- (iii) Nos anos de 2021, 2025, 2029 e 2033, no primeiro dia útil de cada mês, serão transferidos da conta de Reserva de especial para a conta Centralizadora, 1/12 correspondente ao saldo total da conta de Reserva de especial existente em primeiro de janeiro dos respectivos anos.

6 Contas a receber

	31/12/2021	31/12/2020
Transações Realizadas no ACR (a)	3.128	2.670
Transações Realizadas no ACL (b)	122	904
Provisão estimada para crédito de liquidação duvidosa (c)	<u>(32)</u>	<u>(32)</u>
Total	<u>3.218</u>	<u>3.542</u>

a) Contratos de venda de energia oriundos dos leilões regulados realizados pela CCEE.

b) Venda de energia realizada através de negociações bilaterais no mercado livre de energia.

c) Com exceção do valor reconhecido em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020 de R\$ 32, a Companhia não reconheceu outras perdas para créditos de liquidação duvidosa, pois os respectivos recebíveis não apresentam indícios de risco de crédito.

7 Despesas pagas antecipadamente

	31/12/2021	31/12/2020
Seguros a apropriar	264	324
Fianças e compromisso	<u>17</u>	<u>21</u>
Total	<u>281</u>	<u>345</u>
Circulante	264	321
Não circulante	17	24

8 Imobilizado

Por natureza, os valores dos ativos imobilizados estão compostos da seguinte forma:

		<u>31/12/2021</u>			<u>31/12/2020</u>
	Vida útil	Custo	Depreciação	Valor líquido	Valor líquido
Imobilizado em andamento	-	4.679	-	4.679	3.137
Máquinas e equipamentos	15-30 anos	149.836	(35.046)	114.790	120.408
Benfeitorias	30 anos	2.762	(512)	2.250	2.342
Equipamentos e processamento de dados	6 anos	<u>7</u>	<u>(5)</u>	<u>2</u>	<u>3</u>
Total		<u>157.284</u>	<u>(35.563)</u>	<u>121.721</u>	<u>125.890</u>

Abaixo seguem as movimentações do imobilizado:

2021				
	Saldo em 31/12/2020	Adição	Depreciação	Saldo em 31/12/2021
Imobilizado em andamento	3.137	1.542	-	4.679
Máquinas e equipamentos	120.408	792	(6.410)	114.790
Benfeitorias	2.342	-	(92)	2.250
Equipamentos e processamento de dados	3	-	(1)	2
Total	125.890	2.334	(6.503)	121.721
2020				
	Saldo em 31/12/2019	Adição	Depreciação	Saldo em 31/12/2020
Imobilizado em andamento	-	3.137	-	3.137
Máquinas e equipamentos	125.987	841	(6.420)	120.408
Benfeitorias	2.434	-	(92)	2.342
Equipamentos e processamento de dados	4	-	(1)	3
Total	128.425	3.978	(6.513)	125.890

Os ativos imobilizados da Companhia são dados em garantia em face dos financiamentos obtidos. Para maiores detalhes, consultar nota explicativa nº 10.

9 Fornecedores

Natureza	31/12/2021	31/12/2020
Seguros	-	209
Materiais e serviços (a)	1.649	1.129
Provisões (b)	243	296
Fornecedores partes relacionadas (c)	197	1.013
Outros	-	2
Total	2.089	2.649

- (a) Refere-se a obrigações referentes a manutenção do parque eólico.
- (b) Refere-se a obrigações com fornecedores contratados para fornecer materiais e serviços inerentes a manutenção dos parques, onde a Companhia ainda não recebeu as referidas faturas.
- (c) Conforme nota explicativa nº 18.

10 Financiamentos

Financiamentos	Taxa de juros	Vencimento final	31/12/2021	31/12/2020
Financiamentos BNDES	2,55% a.a. + TJLP	Jun/2033	38.162	40.154
Total			38.162	40.156
Circulante			2.200	2.020
Não circulante			35.962	38.136

As movimentações dos financiamentos aconteceram da seguinte forma:

Saldo em 31 de dezembro de 2019	<u>95.934</u>
Captação de empréstimos e financiamentos	2.868
Juros incorporados a dívida	3.528
Custo de captação	(15)
Custo de captação incorrido	2.261
Juros pagos	(3.900)
Amortização do principal (a)	<u>(60.520)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2020	<u>40.156</u>
Juros incorporados a dívida	2.780
Custo de captação incorrido	124
Juros pagos	(2.754)
Amortização do principal	<u>(2.144)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2021	<u>38.162</u>

- (a) No mês de fevereiro de 2020, após negociações com os credores sobre o redimensionamento da dívida, a Companhia realizou amortizações parciais antecipadas do principal, juros e custos de captação previstas no contrato de financiamento do BNDES.

Abaixo é demonstrado o cronograma de amortização do financiamento:

Vencimento em:	<u>31/12/2021</u>
2023	2.344
2024	2.534
2025	2.739
2026	2.962
2027 a 2033	<u>25.383</u>
Total	<u>35.962</u>

a. Garantias

Os contratos de financiamento com BNDES têm como garantias fiança bancária, cessão fiduciária de direitos de crédito decorrentes de qualquer contrato de venda de energia, penhor das ações e penhor dos equipamentos.

b. Covenants

Os referidos contratos possuem cláusulas restritivas, como algumas destacadas a seguir:

- (a) Receber a receita decorrente da prestação de serviços de geração exclusivamente em uma “Conta Centralizadora” aberta para tal fim.
- (b) Manutenção, até o vencimento do contrato, das seguintes contas reservas: Conta Reserva do serviço da dívida, conta reserva de O&M e conta reserva especial.

- (c) Não firmar contratos de mútuo com seus acionistas nem assumir novas dívidas sem prévia autorização dos credores, exceto contratos de mútuo celebrados entre a Companhia e a Controladora.
- (d) Não realizar, sem prévia e expressa autorização dos credores, distribuição de dividendos, nem pagamento de juros sobre o capital próprio, cujo valor, isolada ou conjuntamente, seja superior ao percentual estabelecido no §2º do art. 202 da Lei nº 6.404/76.
- (e) Manter índice de cobertura de cobertura do serviço da dívida igual ou superior a 1,20 vezes.
- (f) Manter os contratos de Serviço e Manutenção vigentes.

11 Provisão para ressarcimento

	31/12/2021	31/12/2020
Provisão para ressarcimento - Anual em formação	1.608	-
Provisão para ressarcimento - Anual formado	2.757	2.757
Provisão para ressarcimento - Quadrienal formado	10.545	6.940
Total	14.910	9.697
Circulante	11.305	2.757
Não circulante	3.605	6.940

Valores provenientes de contratos de geração de energia, por meio de Leilão de Energia Nova firmado no ambiente regulado, os quais, existem cláusulas que obrigam a Companhia a restituir os respectivos valores, no caso de geração de energia elétrica abaixo do estipulado no contrato observando as regras pertinentes de compensação.

A Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), por meio do despacho 2303 de 2019, suspendeu o pagamento dos ressarcimentos anuais e quadrienais apurados a partir de agosto de 2019 até que os critérios e procedimentos para reconhecimento do *Constrained-off* fossem divulgados para abatimento dos saldos a pagar de ressarcimento. Em 23/03/2021 a ANEEL estabeleceu os procedimentos e critérios para apuração e pagamento do *Constrained-off* de usinas eólicas, porém, em 26/11/2021 a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), por meio do CO 870/21, postergou o processamento do valor do *Constrained-off*, por inconsistências apontadas pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico – (ONS), com isso, permanece suspensa a exigibilidade de pagamento do saldos de ressarcimento enquanto os reguladores não divulgarem os critérios e procedimentos finais para apuração e posterior abatimento do *Constrained-off*.

12 Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social correntes do período de 31 de dezembro de 2021 foi de R\$ 1.078 (R\$ 821 em 31 de dezembro de 2020).

	<u>31/12/2021</u>	
	Imposto de Renda	Contribuição Social
Lucro presumido		
Receitas de operações com energia elétrica	24.207	24.207
Alíquota de presunção	8%	12%
Lucro presumido	1.937	2.905
Demais receitas	1.050	1.050
Alíquota nominal	25%	9%
Corrente	722	356
Alíquota efetiva	24%	9%
	<u>31/12/2020</u>	
	Imposto de Renda	Contribuição Social
Lucro presumido		
Receitas de operações com energia elétrica	20.996	20.996
Alíquota de presunção	8%	12%
Lucro presumido	1.680	2.520
Demais receitas	582	582
Alíquota nominal	25%	9%
Corrente	542	279
Alíquota efetiva	24%	9%

13 Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital social autorizado e subscrito é de R\$ 98.767 em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 101.811 em 31 de dezembro de 2020), representado por 98.355, ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, as quais pertencem na totalidade a Controladora Ventos de São Clemente Holding S.A.

Conforme assembleia geral extraordinária ocorrida durante o exercício de 2021 houve redução de capital social no montante de R\$ 3.044, com devolução efetiva em caixa para a controladora de R\$ 2.982, ficando R\$ 62 a ser remetido durante o exercício de 2022, tendo sido reconhecido no passivo circulante na rubrica de outras contas a pagar. Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia realizou aumento de capital de R\$52.038 e redução de capital de R\$ 888, totalizando o montante de R\$51.150 de integralização de capital social.

b. Dividendos

Dentre as principais determinações do estatuto social, estão destacadas que em cada exercício será realizada distribuição de 25%, a título de dividendos mínimos obrigatórios, ajustados nos termos da Lei, quando aplicável. Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia constitui R\$ 605 a título de dividendos mínimos obrigatórios. Em 30 de dezembro de 2020 a Companhia percebeu prejuízo, desta maneira, não distribui dividendos.

c. Reserva legal

Será constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia constitui o valor de R\$ 127 para reserva legal. Em 30 de dezembro de 2020 a Companhia percebeu prejuízo, portanto, não constitui reserva legal.

d. Reserva de retenção de lucros

É destinada à aplicação em investimentos previstos no orçamento de capital conforme proposta no orçamento previamente aprovado na assembleia geral. Em 31 de dezembro de 2021 a Companhia destinou R\$ 1.816 para reserva de retenção de lucros. Em 30 de dezembro de 2020 a Companhia percebeu prejuízo, portanto, não constitui reserva de lucros.

14 Receita operacional líquida

	31/12/2021	31/12/2020
Receita bruta de energia elétrica (a)	23.516	20.996
Outras receitas operacionais (b)	691	-
Total das receitas operacionais	24.207	20.996
Volume gerado em MWh	118.668	112.474
Deduções da receita	(884)	(764)
PIS	(157)	(136)
COFINS	(727)	(628)
Receita operacional líquida	23.323	20.232

(a) A receita bruta de energia elétrica representa a venda de geração de energia própria.

(b) Refere-se aos recebimentos por parte do fornecedor de manutenção da Companhia em função do não cumprimento do acordo estabelecido de disponibilidade de geração do parque eólico e venda de certificados de energia renovável.

A seguir, demonstramos a segregação de receita bruta por tipo de contrato:

	31/12/2021	31/12/2020
CCEAR (a)	20.137	19.891
MCP CCEE (b)	3.379	1.105
Receita operacional líquida	23.516	20.996

(a) Contrato de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado.

(b) Mercado de Curto Prazo – CCEE.

15 Custos de operação

	31/12/2021	31/12/2020
Depreciação	(6.503)	(6.513)
Custos compartilhados (i)	-	(451)
Engenharia e gestão de processos O&M	(2.537)	(2.160)
Encargos de conexão e transmissão	(1.450)	(1.342)
Compra de energia (ii)	(2.870)	(909)
Serviços de terceiros	(712)	(221)
Taxas e alvarás diversos	(208)	562
Locações e aluguéis	(388)	(441)
Gastos com pessoal	(343)	-
Seguros	(403)	(200)
Gastos diversos	(197)	(84)
Total	<u>(15.611)</u>	<u>(11.759)</u>

- (i) Os saldos de compartilhamento de custos e referem-se ao reembolso de gastos liquidados pela Echoenergia Participações S.A., controladora final, aos quais são reembolsados pela Companhia, conforme nota explicativa nº 18. Ao longo do ano de 2021, a Companhia passou a reconhecer o compartilhamento de custos de em linhas específicas, na rubrica de custos de geração, de acordo com a natureza, não alocando-os mais em Compartilhamento de custos.
- (ii) As compras de energia são decorrentes de liquidação financeira na CCEE, para as negociações de *Swap* de lastro. A variação entre os períodos refere-se à oscilação da PLD e no aumento das operações de *Swap* de lastro.

16 Despesas gerais e administrativas

	31/12/2021	31/12/2020
Despesas compartilhadas (i)	-	(685)
Gastos com pessoal	(416)	-
Serviços de terceiros	(337)	(126)
Legais, judiciais e publicações	(59)	(12)
Taxas e alvarás diversos	-	(215)
Despesas diversas	(143)	(5)
Total	<u>(955)</u>	<u>(1.043)</u>

- (i) Os saldos de compartilhamento de custos e referem-se ao reembolso de gastos liquidados pela Echoenergia Participações S.A., controladora final, aos quais são reembolsados pela Companhia, conforme nota explicativa nº 18. Ao longo do ano de 2021, a Companhia passou a reconhecer o compartilhamento das despesas de em linhas, na rubrica de despesas gerais e administrativas específicas, de acordo com a natureza, não alocando-os mais em despesas compartilhadas.

17 Receitas e despesas financeiras

	31/12/2021	31/12/2020
Rendimento de aplicações financeiras	1.050	582
Receitas financeiras	1.050	582
Juros sobre financiamentos	(2.780)	(3.528)
Taxa pré-pagamento (financiamentos)	-	(1.579)
Tarifas bancárias	(51)	(5)
Juros diversos	(24)	(121)
IOF	-	(23)
Despesa captação de financiamentos (i)	(124)	(2.261)
Fianças e comissões bancárias	(35)	(1.140)
Despesas financeiras	(3.014)	(8.657)

- (i) No mês de fevereiro de 2020, após negociações com os credores sobre o redimensionamento da dívida, a Companhia realizou amortizações parciais antecipadas previstas nos contratos de financiamentos do BNDES, com isto, foram baixados os custos de captação atrelados às dívidas no momento da repactuação.

18 Transações com partes relacionadas

Os principais saldos de ativos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, bem como as transações que influenciaram os resultados dos exercícios, decorrem de transações da Companhia com partes relacionadas, as quais estão descritas abaixo:

	31/12/2021	31/12/2020
<u>Mútuo com partes relacionadas</u>		
Ativo		
Ventos de São Clemente Holding S.A. (ii)	1.604	1.604
Total	1.604	1.604
<u>Fornecedores com partes relacionadas – Nota explicativa nº 9</u>		
Passivo		
Echoenergia Participações S.A. (i)	197	1.013
Total	197	1.013
	31/12/2021	31/12/2020
<u>Outras contas a pagar</u>		
Passivo		
Ventos de São Clemente Holding S.A. (ii)	62	-
Total	62	-
Resultado		
Compartilhamento de custos (iii)	(509)	(451)
Compartilhamento de despesas (iii)	(778)	(685)
Total	(1.287)	(1.136)

- (i) Contrato de mútuo pactuado com a Controladora com a finalidade de suprir recursos para o pagamento do serviço da dívida das debêntures emitidas pela Controladora. O respectivo contrato não prevê a incidência de juros.
- (ii) Valor referente redução de capital social aprovada em assembleia geral extraordinária, nota explicativa 13.a para pagamento de serviço da dívida das debentures da Controladora, onde a efetiva movimentação financeira irá ocorrer no primeiro trimestre de 2022.
- (iii) A Companhia possui contrato de compartilhamento de despesas e custos a pagar com a Controladora Echoenergia Participações S.A. O critério de rateio se dá com base na com base na garantia física homologada pela ANEEL para cada Controlada em face do total de garantia homologada para todo o grupo. Os principais gastos compartilhados são: Custos com pessoal, tecnologia da informação e comunicação e; Despesas legais e advocatícias e seguros.

Remuneração dos administradores

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os administradores não receberam remuneração nem benefícios da Companhia. Os administradores da Companhia são remunerados pela controladora Echoenergia Participações S.A, a qual repassa as respectivas remunerações, guardando o critério de proporcionalidade estabelecido para a Companhia por meio de contrato firmado com a Companhia.

19 Instrumentos financeiros

A Companhia possui operações com instrumentos financeiros. O gerenciamento desses instrumentos financeiros é feito por meio de monitoramento e controles internos que visam mitigar os riscos advindos desses instrumentos financeiros. A Companhia possui um comitê, instaurado permanentemente que tem por finalidade analisar todos os fatores internos e externos que possam aumentar o risco de crédito, cambial e de liquidez atrelados as operações com instrumentos financeiros. As atividades relacionadas a gestão e monitoramentos dos riscos envolvem principalmente o acompanhamento da evolução das taxas de juros que podem impactar tanto os fluxos de caixa da Companhia bem como o valor de mercado dos instrumentos financeiros, o risco de crédito de seus ativos financeiros, e o monitoramento regular das cláusulas de *covenants*. As projeções e acompanhamento dos fluxos de caixa da Companhia são monitoradas semanalmente com vistas a garantir o cumprimento das obrigações financeiras e liquidez da Companhia.

A Companhia não efetua operações com instrumentos financeiros derivativos.

Classificação dos instrumentos financeiros

	31/12/2021			31/12/2020		
	Nota	Custo amortizado	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Valor justo por meio do resultado	
Ativos financeiros						
Bancos e caixa	5.a	100	-	57	-	
Aplicações financeiras	5.a	-	19.224	-	6.559	
Contas a receber	6	3.218	-	3.542	-	
Fundo vinculados	5.b	-	9.762	-	15.678	
Passivos financeiros						
Fornecedores	9	2.089	-	2.649	-	
Financiamentos	10	38.162	-	40.156	-	

Valor justo dos instrumentos financeiros

	Nota	Nível (*)	31/12/2021		31/12/2020	
			Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Caixa e equivalentes de caixa	5.a	Nível 2	19.324	19.324	6.616	6.616
Contas a receber	6	Nível 2	3.218	3.218	3.542	3.542
Fundos vinculados	5.b	Nível 2	9.762	9.762	15.678	15.678
Fornecedores	9	Nível 2	2.089	2.089	2.649	2.649
Financiamentos	10	Nível 2	38.162	38.162	40.156	40.156
Total			72.555	72.555	68.641	68.641

(*) Os níveis hierárquicos do valor justo dos instrumentos financeiros são:

Nível I - preços cotados nos mercados ativos para ativos e passivos idênticos;

Nível II - outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente, e

Nível III - técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

20 Gerenciamento de riscos

A Administração é responsável pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia. As políticas de gerenciamento de risco são estabelecidas para identificar, analisar e definir limites e controles apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites.

Risco operacional

O risco operacional está relacionado com a paralisação de parte ou de todo o fornecimento esperado relacionado ao parque eólico.

Visando a mitigação do risco operacional a Companhia gerencia o risco operacional da seguinte maneira:

- Profissionais altamente treinados e capacitados.
- Contratos robustos de operação e manutenção.
- Processos sólidos e bem definidos.
- Análises diárias, semanais, mensais da capacidade operacional, bem como dos fatores internos e externos atrelados à operação.
- Acompanhamento dos sistemas de gestão e aplicação das políticas de Meio Ambiente, Saúde e Segurança.
- Centro de controle operacional de alta tecnologia.
- Monitoramento de matriz de risco.
- Gestão do relacionamento com a comunidade.

Risco de Crédito

O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras e contas a receber é administrado pela tesouraria bem como por um Comitê permanente da Companhia de acordo com as políticas por estes estabelecidas. Os recursos excedentes de caixa e equivalentes de caixa são investidos apenas em instituições financeiras autorizadas, com *rating* AAA e aprovadas pela controladoria, avaliadas pela Diretoria Executiva, respeitando limites de crédito definidos, os quais são estabelecidos a fim de minimizar a concentração de riscos e, assim, mitigar o prejuízo financeiro no caso de potencial falência de uma contraparte. As vendas de energia que geram as contas a receber da Companhia são pactuadas somente com clientes com capacidade de liquidez e por meio de robustas garantias financeiras. Abaixo são demonstrados os saldos contábeis suscetíveis ao risco de crédito:

	Nota	31/12/2021	31/12/2020
Caixa e equivalentes de caixa	5.a	19.324	6.616
Fundos vinculados	5.b	9.762	15.678
Contas a receber	6	<u>3.218</u>	<u>3.542</u>
Total transações no resultado		<u>32.304</u>	<u>25.836</u>

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro.

A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

A Companhia possui ativos financeiros representados por caixa que resultam diretamente das integralizações dos acionistas. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros remanescentes na data de reporte. Esses valores são brutos e não-descontados, e incluem pagamentos de juros estimados e excluem o impacto dos acordos de compensação.

31/12/2021	Valor contábil	Fluxos de caixa futuros	Fluxos de caixa contratuais			
			Até 12 meses	Entre 1 a 2 anos	Entre 2 a 5 anos	Mais que 5 anos
Fornecedores	2.089	(2.089)	(2.089)	-	-	-
Financiamentos	38.162	(58.492)	(5.153)	(5.164)	(15.250)	(32.925)
Total	<u>40.251</u>	<u>(60.581)</u>	<u>(7.242)</u>	<u>(5.164)</u>	<u>(15.250)</u>	<u>(32.925)</u>

Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações, têm nos ganhos da Companhia ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis e ao mesmo tempo otimizar o retorno. A Administração da Companhia não efetua investimentos em ativos financeiros que possam gerar oscilações relevantes nos seus preços de mercado.

Risco de preço na venda de energia elétrica

A Companhia vende energia no Ambiente de Contratação Regulado - ACR. No ACR, a venda se dá por meio de contratos provenientes de leilões, cujos preços são pré-determinados, corrigidos por um determinado índice inflacionário. Nesse ambiente, o risco às variações do preço de mercado e ao Preço de Liquidação das Diferenças (PLD) decorrem dos ajustes de balanço energético, quando a geração é diferente da energia vendida, liquidados no curto prazo pela CCEE, conforme regras de cada contrato e suas bandas. A parcela substancial da energia vendida está vinculada aos contratos regulados, o que reduz a exposição da Companhia à variação de preços.

Riscos e taxas de juros

A Companhia entende que os riscos de taxa de juros estão ligados a possibilidade de perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros.

Análise de sensibilidade

Em atendimento ao item 40 do CPC 40 - Instrumento Financeiros Evidenciação, a Companhia efetua a análise de sensibilidade de seus instrumentos financeiros.

A análise de sensibilidade tem como objetivo mensurar o impacto às mudanças nas variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade contida no processo utilizado na preparação dessas análises. As informações demonstradas no quadro, mensuram contextualmente o impacto nos resultados da Companhia em função da variação de cada risco destacado.

No quadro a seguir estão apresentados todos os instrumentos financeiros da Companhia que estão expostos à indexadores, com as exposições aplicáveis de flutuação de taxas de juros e outros indexadores até as datas de vencimento dessas transações, com o cenário provável adotado pela Companhia, baseado fundamentalmente em premissas macroeconômicas obtidas do relatório Focus do Banco Central, com 25% e 50% de aumento do risco.

Variação das taxas de juros e índices	Variação 31/12/2021	Cenário provável 31/12/2022	Sensibilidade		
			Provável	$\Delta + 25\%$	$\Delta + 50\%$
Risco de aumento das taxas de juros e índices TJLP (a)	6,08%	5,80%	5,80%	7,25%	8,70%
Risco de redução das taxas de juros e índices CDI (b)	4,42%	11,50%	11,50%	14,38%	17,25%

Risco de aumento (passivo)	Índice	Saldos em 31/12/2021	Sensibilidade				
			Provável	Δ + 25%	Δ + 50%	∇ - 25%	∇ - 50%
Financiamentos	TJLP	(38.162)	(2.213)	(2.767)	(3.320)	(1.660)	(1.107)
Total		<u>(38.162)</u>	<u>(2.213)</u>	<u>(2.767)</u>	<u>(3.320)</u>	<u>(1.660)</u>	<u>(1.107)</u>
Risco de redução (ativo)							
Aplicações financeiras e fundos vinculados	CDI	28.986	3.333	4.167	5.000	2.500	1.667

- (a) Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - Boletim Focus.
(b) Certificado de Depósito Interbancário - Fonte: Projeções Bradesco Longo Prazo.

21 Informações complementares ao fluxo de caixa

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020, foram realizadas as seguintes transações que não envolvem caixa ou equivalentes de caixa:

	31/12/2021	31/12/2020
Redução em despesas pagas antecipadamente	-	1.143
Aumento no ativo imobilizado	-	(1.143)
Aumento em outras contas a pagar	62	-
Redução de capital social	(62)	-

22 Contingências

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, conforme a assessoria jurídica da Companhia, não tramitam em esfera judicial e administrativa processos cíveis, trabalhistas e fiscais, classificados como prováveis, portanto, nenhuma provisão foi constituída.

Todavia, tramitam processos possíveis de perda os quais são mencionados a seguir:

	31/12/2021	31/12/2020
Fiscal (i)	988	988
Total	<u>988</u>	<u>988</u>

Companhia possui ação de execução fiscal proposta pelo Município de Venturosa -PE em 12/03/2020 contra a Ventos de São Clemente I Energias Renováveis S.A. pleiteando execução de dívida de ISS. O valor da causa é de R\$ 988. A Companhia apresentou defesa tempestivamente e seguro garantia, sendo que nesse momento os autos estão conclusos com o juiz.

23 Compromissos futuros

A seguir são divulgados os principais compromissos da Companhia para os anos subsequentes.

	2023	2024	2025	2026	2027 a 2037
(CUST / CCT) (a)	1.594	1.594	1.594	1.594	17.531
Contratos de (O&M) (b)	2.839	2.942	3.035	3.129	31.290
Total	4.433	4.536	4.629	4.723	48.821

a. Encargos devido ao uso do sistema de transmissão (CUST/CCT)

Durante toda a operação dos projetos, a Companhia irá incorrer com gastos referentes aos encargos por uso do sistema de transmissão, objeto dos Contratos de Uso do Sistema de Transmissão (CUST) e Contratos de Conexão (CCT) para empreendimentos conectados na rede de transmissão.

Para o ano de 2022 os encargos foram calculados considerando as tarifas vigentes para o ciclo tarifário 2021/2022 (julho/21 a junho/22) para projetos conectados na rede de transmissão, sem a utilização de correção/reajuste nas tarifas para os meses.

Para os anos a partir de 2023 os encargos também foram calculados considerando as tarifas vigentes para o ciclo tarifário 2021/2022.

b. Contratos de Operação e Manutenção (O&M)

As controladas possuem contratos com fornecedores para manutenção dos aerogeradores.

c. Aluguéis dos parques eólicos

A Companhia possui contrato de arrendamentos firmados até março de 2058, onde suas contraprestações são variáveis e calculadas com base na geração de energia.

24 Eventos subsequentes

Em 28 de Outubro de 2021, foi celebrado o Contrato de Compra e Venda de Ações, entre a Equatorial Energia, na qualidade de compradora, e Ipiranga Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia, na qualidade de vendedor, detido por investidores sob a gestão da Actis LLP, onde as partes acordaram, dentre outras matérias, a aquisição de 100% das ações representativas do capital social da Echoenergia Participações S.A.

A transação estava condicionada ao cumprimento de condições precedentes usuais a este tipo de transação, incluindo, entre outras, (a) aprovação do CADE; (b) anuência de credores com relação à troca de controle direto e/ou indireto da Echoenergia e suas subsidiárias, no âmbito dos contratos de financiamento e instrumentos de garantia celebrados pela Sociedade e suas controladas; e (c) aprovação em assembleia geral da Equatorial nos termos do artigo 256 da Lei das Sociedades por Ações.

Em 03 de março de 2022, com as condições precedentes para a conclusão da operação implementadas, a Equatorial Transmissão S.A., subsidiária integral da Companhia, tornou-se titular de 100% (cem por cento) das ações representativas do capital social da Echoenergia, pagando o valor total de R\$7.034.084, assumindo assim o controle da Echoenergia Participações e suas controladas.